



VOTAÇÃO NA CÂMARA

Marco fiscal provocará perda de R\$ 87 bi ao DF

Arcabouço aprovado muda regras de atualização do Fundo Constitucional, com limitação de verbas para segurança, saúde e educação

» ANA MARIA CAMPOS

8 de janeiro trouxe uma consequência grave aos cofres públicos do Distrito Federal. A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, com 372 votos favoráveis, 108 contrários e uma abstenção o arcabouço fiscal, projeto de lei complementar que estabelece limite de gastos da União, com um rombo potencial de R\$ 87 bilhões em 10 anos no orçamento da capital do país. Decorre da mudança na atualização do Fundo Constitucional do DF verba destinada ao custeio e à manutenção da segurança pública e ao auxílio nas despesas de saúde e educação da cidade.

A união de políticos de Brasília não surtiu efeito para convencer o relator do projeto de lei complementar, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), a retirar do substitutivo apresentado o teto de variação do Fundo Constitucional. A lei que criou o repasse, em vigor desde dezembro de 2002, estabelecia uma correção vinculada à variação da receita corrente líquida da União no período de um ano (**leia Saiba mais**). Agora, a partir de 2025, ficará atrelada ao teto de despesas primárias, no limite de 2,5% por ano, acrescido do IPCA.

Desde a semana passada, parlamentares, presidentes de partidos, integrantes do Governo do Distrito Federal e outros políticos tentaram convencer Cajado a retirar do texto a mudança no Fundo Constitucional, sob o fundamento de que o DF pode quebrar sem a atualização dos repasses nos padrões dos últimos 20 anos.

Segundo estudo da Secretaria de Planejamento do DF, o Fundo Constitucional cresceu em média 10,71% por ano desde 2003. No ano passado, chegou a 41,96%. Apenas em 2016 houve redução, de 3,08%. Em comparação com o teto de aumento de 2,5%, estabelecido no arcabouço fiscal, apenas em quatro anos — 2010, 2016, 2021 e 2022 — a correção foi inferior.

O secretário de Planejamento do DF, Ney Ferraz, esteve com Cajado e participou de reuniões

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



com líderes da Câmara, conduzidas pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ferraz tem boa relação com o PP, mas Cajado parecia irredutível, e Lira estava afinado com o relator, escolhido por ele.

Ninguém fala abertamente, mas todos avaliam que o desastre na segurança da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro contribuiu muito para contaminar a opinião dos deputados federais em relação ao DF.

A avaliação geral é de que a capital tem “privilégios” ao receber dos cofres públicos da União verbas no montante de R\$ 23 bilhões, sem considerar, no entanto, que o GDF tem as prerrogativas de manter em bom funcionamento uma cidade que abriga os Poderes da República — Executivo, Legislativo e Judiciário —, além

das representações diplomáticas.

Os deputados Alberto Fraga (PL-DF) e Fred Linhares (Republicanos-DF) apresentaram uma emenda ao substituto de Cajado. A votação do destaque ficou para hoje. É a última esperança da bancada do DF. “O relator incluiu um jabuti no projeto que vai prejudicar o Distrito Federal. Até acho que o deputado Cajado deveria trabalhar para levar a capital para a Bahia, porque ninguém vai querer ficar aqui”, disse Fraga.

União

O empresário Paulo Octávio, presidente regional do PSD, reuniu, na segunda-feira, presidentes de 21 partidos com a posição unânime contrária ao teto de correção do Fundo Constitucional. As discussões tiveram

continuidade, ontem, na residência oficial da Câmara dos Deputados. Mas nada moveu o relator. “É uma questão fundamental. O Fundo Constitucional foi uma conquista, e a perda ou redução pode inviabilizar o DF”, disse Paulo Octávio.

A deputada federal Érika Kokay (PT) tentou convencer os líderes governistas sobre a questão. Ela sabe o impacto político negativo da redução do Fundo Constitucional, inclusive para uma base que vota no PT, servidores públicos, professores e servidores da saúde. “O Fundo Constitucional existe porque Brasília é a capital da República, aqui a gente tem sediadas as embaixadas e todos os Poderes da República. Por isso, não podemos permitir que tenhamos esse impacto que pode chegar a

R\$ 12 bilhões num prazo muito rápido”, argumentou Kokay.

O montante de R\$ 12 bilhões foi uma estimativa inicial da Secretaria de Planejamento, atualizado com base em parâmetros adotados pelo próprio relator do arcabouço fiscal. “Importa destacar a projeção para os próximos 10 anos, considerando-se a regra atual, ou seja, pela variação da receita corrente líquida — RCL da União comparada com o regramento proposto, assumindo o IPCA médio anual de 4,5% e crescimento real da despesa de 1,26% a.a.”, registra o levantamento da Secretaria de Planejamento. Nesse caso, o prejuízo será de R\$ 87,8 bilhões até 2033, segundo esse estudo.

Tempo dirá

Ao apresentar seu substitutivo ontem à noite para votação, Cajado explicou sua posição sobre o Fundo Constitucional: “Não haverá prejuízo. Eu recebi a bancada do Distrito Federal, senadores, deputados e deputadas. Eu garanto que não haverá prejuízos”, frisou. Segundo ele, haverá correção da inflação com ganho real. “O tempo dirá que estou certo.”

E o deputado do PP da Bahia respondeu indiretamente a um questionamento dos políticos do DF sobre quem teve a ideia de incluir a mudança no texto do arcabouço fiscal, uma vez que não constava do projeto original encaminhado ao Congresso pela equipe econômica do governo Lula, conduzida pelo ministro Fernando Haddad. “Foi uma construção coletivizada”, destacou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) já trabalha para tentar derrubar na Casa a mudança do Fundo Constitucional. Mas sabe que a luta é difícil, porque, se isso acontecer, o arcabouço fiscal deverá retornar à Câmara.

Dessa forma, os senadores governistas vão trabalhar para encerrar a questão no Senado e encaminhar para sanção do presidente Lula, uma vez que o arcabouço fiscal é prioridade de Haddad. O projeto é importante para a discussão da reforma tributária.



Recebi a bancada do Distrito Federal, senadores, deputados e deputadas. Eu garanto que não haverá prejuízos. O tempo dirá que estou certo”

Cláudio Cajado (PP-BA), relator do projeto

O fracasso da bancada nas negociações

» HENRIQUE LESSA
» PABLO GIOVANNI



Uma cidade que foi planejada para ter 500 mil habitantes, hoje tem 3 milhões, não tem um plano B”

Érika Kokay (PT), deputada federal

As conversas durante o dia para preservar o Fundo Constitucional, articuladas pelo presidente regional do PSD, Paulo Octávio, emperraram pela falta de dados do GDF sobre qual seria o possível impacto nas finanças distritais com a inclusão do Fundo no novo marco fiscal. Chamado o governo local a apresentar as contas, um novo encontro ocorreu na Câmara, à noite. A reunião se deu pouco antes do início da discussão e da votação do projeto no plenário.

A demora no GDF para apresentar os dados e a ausência do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas negociações foram observadas por Paula Belmonte. “A gente sentiu falta do governador nessa negociação. Como, em um assunto tão sério para o DF, ele não se interessa?”, questionou.

Segundo a distrital, o impacto da medida, mesmo não sendo imediata, será gigantesco para a população do DF. Afe- tará não só a Segurança Pública, mas a Saúde e Educação. A

deputada federal Érika Kokay (PT) lembrou que o Fundo representa 50% de toda a arrecadação do GDF. “É um impacto que vai causar uma situação muito difícil para o Distrito Federal”, disse a parlamentar. “Uma cidade que foi planejada para ter 500 mil habitantes, hoje tem 3 milhões, não tem um plano B”, acrescentou.

Na avaliação de Kokay, a perda na arrecadação do GDF pode chegar a 30% da receita projetada nos próximos anos. “Como você discute uma mudança do reajuste do Fundo Constitucional sem conversar com a cidade, com o governo, com os parlamentares.

Nós fomos surpreendidos com todo esse impacto que representa na vida da cidade”, criticou.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB), a proposta até poderia ser revertida no Senado, mas seria muito difícil ao retornar para a Câmara. “O governo não mandou isso para o arcabouço, em princípio. Agora, o que foi dito na reunião de líderes hoje: pega os dados, contesta os números, mas, aí, todo mundo trouxe os dados, e ficou por isso mesmo”, protestou o senador. “Acho que isso é uma questão federativa, deveria ter começado pelo Senado, não por aqui”, destacou.

Investida do TCDF

O presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conselheiro Márcio Michel, também fez investida para preservar o Fundo. Ele encaminhou um ofício ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstrando grande preocupação com a possibilidade de mudanças nos repasses. Ele enfatizou que a alteração no cálculo pode afetar negativamente o repasse de recursos ao DF, ocasionando prejuízo à população da capital federal e do entorno.

“Compete ao Distrito Federal a prestação de serviços de saúde a significativa parte da população residente fora de suas divisas, tanto dos estados limítrofes — Goiás e Minas Gerais — como também de outros estados federados integrantes de diversas regiões, em especial do Norte e Nordeste, além de receber, diariamente, volumosa parcela de moradores de seu entorno, aos quais também presta serviços de segurança, saúde e educação e, neste diapasão, a proposta apresentada no bojo do Relatório do

Waldemir Barreto/Agência Senado



Izalci: proposta até pode ser revertida no Senado, mas voltaria à Câmara

PLP 93/23, modificando os índices de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, acaso aprovada, representará a supressão de recursos imprescindíveis à manutenção daqueles serviços”, afirmou Michel.

O conselheiro lembrou ser competência do governo do DF a responsabilidade de recepcionar autoridades dos Três Poderes, além de cuidar das redes,

residências oficiais e residências particulares de parte de seus membros. “Concito Vossa Excelência a enviar esforços no sentido de que seja alterada a redação do Relatório do PLP 93/23, retirando de seu texto a proposta de modificação dos índices de correção daquele Fundo”, concluiu.

Leia mais sobre Fundo Constitucional nas páginas 13 e 14